



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

MESTRADO EM
CONTABILIDADE FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

COBERTURA JORNALÍSTICA DO CASO BES: O
PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO, SUPERVISÃO E
AUDITORIA

NUNO MIGUEL AMARAL DE SÁ DOS RAMOS

OUTUBRO 2015



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM
CONTABILIDADE FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

**COBERTURA JORNALÍSTICA DO CASO BES: O
PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO, SUPERVISÃO E
AUDITORIA**

NUNO MIGUEL AMARAL DE SÁ DOS RAMOS

ORIENTAÇÃO:

PROF. ANA ISABEL PEREIRA DE CARVALHO MORAIS

OUTUBRO 2015

Resumo

O principal objetivo deste estudo foi avaliar o comportamento dos principais atores no colapso do Banco Espírito Santo, antes e após a resolução do banco. Deste modo, o estudo foca-se sobre os Órgãos de Administração BES, os Supervisores e Auditores. Para este efeito foram observados 293 artigos de jornal, tendo como fontes a Agência Lusa e o Diário Económico durante dois períodos temporais distintos, nomeadamente Julho e Setembro de 2014. De modo a efetuar este trabalho foi utilizado o programa de análise qualitativa, MAXQDA 11 de forma a criar vários códigos onde fosse possível codificar os artigos recolhidos para que depois se procedesse a uma análise dos mesmos.

Palavras-chave: Banco Espírito Santo, escândalo financeiro, órgãos de administração, supervisores, auditores, imprensa escrita

Abstract

The main goal of this study was the evaluation of the main protagonists behavior in the collapse of Banco Espírito Santo, before and after the bankruptcy. Thus, the study focuses on BES Management, Supervisors and Auditors. For this purpose it was observed 293 newspaper articles, taking as sources Agência Lusa and Diário Económico for two different time periods, namely July and September 2014. In order to make this work was used the qualitative analysis program, MAXQDA 11 in order to create multiple codes where it was possible to encode the items collected and then proceed with an examination.

Key-words: Banco Espírito Santo, financial scandal, board of directors, supervisors, auditors, written press

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço à minha orientadora Ana Morais, pela sua disponibilidade, paciência, profissionalismo e ajuda nos momentos mais difíceis na execução desta dissertação. Agradeço também à professora Winnie Picoto e ao professor Rui Brites pela preciosa ajuda, sem a qual não teria sido possível efetuar esta tese de mestrado.

Um agradecimento à minha família pelo interesse e preocupação demonstrados e à minha namorada Raquel Branco por todo o apoio, serenidade e incentivo que me deu ao longo deste período. Um agradecimento especial à minha colega Inês Duarte por toda a ajuda prestada e à minha grande amiga Kika.

Índice

Resumo.....	ii
Abstract	iii
Agradecimentos	iv
Índice.....	v
Índice de Figuras	vi
Índice de Tabelas.....	vii
Síglas.....	vii
1 - Introdução.....	1
2 - Revisão de Literatura	2
2.1 - Os Média	2
2.2 - Auditoria.....	3
2.3 - Efeitos de Crises Financeiras	7
2.4 - Escândalo de Melbourne Storm.....	8
3 - Objetivo.....	9
4 - Enquadramento Caso BES	10
4.1 - Banco Espírito Santo: História.....	10
4.2 - Caso BES	10
4.3 - Caso BES: Cronologia.....	11
5 - Metodologia.....	13
6 - Resultados.....	17
6.1 - Órgãos de Administração.....	17
6.2 - Supervisores	19
6.3 - Penalizações antes da Auditoria	22
6.4 - Auditores.....	24
6.5 - Independência do Auditor	26
6.6 - Proibição de Procedimentos	27
7 - Conclusão	28
8 – Bibliografia.....	30
9 - Anexos.....	32

Índice de Figuras

Figura 1- Notícias caso BES durante o mês de Julho.....	14
Figura 2 - Notícias caso BES durante o mês de Setembro.....	14
Figura 3 - Sistema de Códigos Inicial.....	15
Figura 4- Sistema de Códigos Final.....	15
Figura 5- Nuvem de Palavras: Órgãos de Administração.....	19
Figura 6 - Nuvem de Palavras: Supervisores.....	21
Figura 7 - Evolução da Cotação das ações do BES.....	22
Figura 8- Nuvem de Palavras: Penalizações antes da Auditoria.....	23
Figura 9- Nuvem de Palavras: Auditores.....	26
Figura 10- Nuvem de Palavras: Independência do Auditor.....	27
Figura 11- Nuvem de Palavras: Proibição de Procedimentos.....	28

Índice de Tabelas

Tabela I - Frases Jornalísticas Citadas.....	32
--	----

Siglas

- AICPA – American Institute of Certified Public Accountants
- BdP – Banco de Portugal
- BES – Banco Espírito Santo
- BESI – Banco Espírito Santo Investimento
- BPN – Banco Português de Negócios
- CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
- ESFG – Espírito Santo Financial Group
- ESI –Espírito Santo International
- GAAP – Generally Accepted Accounting Principles
- GES – Grupo Espírito Santo
- FASB – Financial Accounting Standards Board
- NRL - National Rugby League
- PT – Portugal Telecom
- SaeR – Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco
- SEC – Securities and Exchange Commission

1 - Introdução

A 3 de Agosto de 2014 era aplicada uma medida de resolução sobre um dos maiores bancos de Portugal, o Banco Espírito Santo. Não era possível compreender com clareza como um banco com uma suposta solidez financeira poderia ruir numa questão de poucos meses. Teria sido culpa da gestão ruínoza de Ricardo Salgado e da sua administração, como comprovado no relatório da auditoria forense divulgado em Março de 2015? Ou será que o Banco de Portugal, como principal Supervisor, não tomou as decisões acertadas para evitar tal desfecho? Ou seria a auditora do BES, a KPMG, que não efetuou uma análise mais aprofundada às contas do banco de modo a encontrar possíveis irregularidades? Este estudo tem como principal objetivo verificar o comportamento dos órgãos de administração, supervisão e auditoria do Banco Espírito Santo. Para este efeito, foi realizado uma análise textual a 293 artigos de jornal, tendo como fontes a Agência Lusa e o Diário Económico

Esta dissertação organiza-se em vários capítulos: no segundo capítulo é apresentada a revisão de literatura, onde são enunciados os estudos efetuados por vários autores dentro da problemática a estudar. No capítulo 3 é explicado qual o objetivo do estudo em mais detalhe. O capítulo 4 serve de enquadramento ao estudo efetuado bem como de explicação dos acontecimentos que levaram à queda do BES. O capítulo 5 apresenta a metodologia utilizada e no capítulo 6 é efetuada uma extensa revisão dos resultados obtidos neste estudo. Finalmente, no capítulo 7, encontram-se as conclusões bem como algumas pistas para futuras investigações.

2 - Revisão de Literatura

Escândalo, de acordo com o dicionário português, trata-se de um: “ato considerado contrário à moral e/ou aos bons costumes e que é objeto da censura e da indignação da opinião pública” (Porto Editora, 2014). Este estudo foca-se num tipo específico de escândalo – o escândalo financeiro. Alguns exemplos de escândalos financeiros mais mediáticos são: o colapso da instituição bancária Lehman Brothers, da empresa de energia Enron e da Arthur Andersen, estando este dois últimos casos interligados. Portugal, não escapando à regra dos últimos anos, também tem sofrido com escândalos financeiros, sendo o caso do BPN em 2010 o que gerou maior controvérsia até ao aparecimento do caso BES em 2014.

2.1 - Os Média

Para além dos fatores intrínsecos à própria crise financeira, existe um fator a considerar: os média. Segundo a alínea a) do artigo 14º no Estatuto do Jornalista este deve “Exercer a actividade com respeito pela ética profissional, informando com rigor e isenção;” (Lei n.º 1/99 de 13 de Janeiro) e, por conseguinte, apresentar ao público uma opinião isenta referente ao escândalo financeiro que estão a reportar. Quando existe ausência de isenção podem surgir consequências nefastas conforme analisado por Tomasz Piotr Wisniewski e Brendan Lambe, em 2013, no seu artigo “The role of media in the credit crunch: The case of the banking sector”. Ao utilizarem modelos de regressão para estudar se o lançamento de notícias negativas, sobre instituições financeiras bancárias, leva a uma diminuição da avaliação das mesmas, estes chegaram à conclusão que um aumento no número de notícias de carácter negativo, sobre determinada instituição financeira, induz uma resposta estatisticamente significativa na

futura rendibilidade dessa instituição bancária. (Wisniewski & Lambe, 2013). Logo torna-se pertinente levantar a questão se as agências de informação poderão estar a explorar intensivamente uma crise financeira, com o objetivo de vender mais periódicos, apesar desta ação poder gerar uma situação economicamente desfavorável para a sociedade, (Wisniewski & Lambe, 2013). Também Ken Fisher reconhece este tipo de comportamento em 2008 no seu artigo de opinião, Media Mayhen, sobre a influência que os media têm no mercado de capitais devido aos mesmos apenas se focarem em notícias negativas e excluírem as positivas (Fisher, 2008). (Boin, Hart, & McConnell, 2008)

2.2 - Auditoria

Com a descoberta de um escândalo financeiro associada à pressão feita pelos média existe sempre uma tentativa de achar o(s) culpado(s), sendo os auditores um dos alvos preferíveis. Mas agora pode também fazer-se a pergunta, se tantas vezes é apontado o dedo aos auditores e se estes são tantas vezes considerados fracoss profissionais, como é possível encarar, ainda, a profissão como técnica e moralmente viável e até haver a necessidade de exigir mais auditoria (Guénin-Paracin & Gendron, 2010). Uma possível resposta a este fato é dada por Henri Guénin-Paracini e Yves Gendron. De acordo com os mesmos a maneira como os auditores são vistos após um escândalo financeiro, tem semelhanças com rituais de sacrifício como delineado pelo antropólogo René Girard. Tal como nos rituais os auditores são inicialmente vistos como “bodes expiatorios” do escândalo, sendo posteriormente castigados e no final do ritual venerados e vistos como repositores da ordem (Guénin-Paracin & Gendron, 2010).

Uma das grandes questões presentes, quando se fala em auditores, é a sua independência e integridade “isto é, ser correcto e honesto em todos os relacionamentos profissionais e comerciais” como referido no código de ética da ordem dos revisores oficiais de contas. Existe uma visão generalizada que os auditores devem ser percebidos como reguladores da verdade e que devem ser sempre isentos na sua opinião. Se for questionado a um cidadão comum “O que é para si um auditor?” uma resposta provável será que este é alguém de confiança, cético e que está acima de qualquer pressão que modifique a sua opinião. Mas será que a resposta se mantém após um escândalo financeiro em que houve uma culpabilização dos auditores? Algumas possíveis razões para a independência e transparência do auditor poderem estar postas em causa são, por exemplo, razões de ordem financeira, em que o auditor pode tender a não ser totalmente independente devido a oferecer outros serviços para além da auditoria, ou pressões de ordem institucional, em que o mesmo é persuadido por órgãos públicos a conceder pareceres favoráveis.

Analisando a questão da independência do auditor face a este oferecer outros serviços para além de auditoria, segundo Karim Jamal e Shyam Sunder no seu artigo de 2011, “Is mandated independence necessary for audit quality?”, através do qual foram analisadas empresas de certificação de cromos de basebol que, para além do serviço de certificação, ofereciam outros serviços auxiliares, verificou-se que devido a estas empresas terem mais serviços disponíveis para os seus clientes, obtiveram um aumento da sua quota de mercado, pois conseguiram satisfazer um maior número de necessidades dos seus clientes, gerando maior rendimento e levando a uma melhoria no seu serviço de certificação. Estas empresas tornaram-se especialistas dentro deste mercado, levando a que numa transação de cromos o comprador exija que os mesmos

sejam certificados por uma destas. Deste modo concluíram que, fazendo o paralelismo para o mercado de auditoria, é possível haver uma oferta de serviços mais variada, fazendo com que a auditoria aumente a qualidade dos seus auditores sem que seja posta em causa a sua independência (Jamal & Sunder, 2011).

Quanto às pressões de ordem institucional, no artigo “Public secrecy in auditing: What government auditors cannot know”, o autor Vaughan S. Radcliffe, examina a maneira como os auditores podem não ser totalmente pragmáticos quando confrontados com informação considerada confidencial. É demonstrado que os auditores, apesar de terem que ser totalmente transparentes para com os utilizadores da sua informação e apresentar uma visão verdadeira do estado de uma instituição pública, são levados muitas vezes a “esconder” informação que pode ser considerada perigosa, tratando a mesma de forma oculta diretamente com a administração da instituição pública. Uma das razões que fundamentam este facto é a possibilidade dos auditores não quererem comprometer a sua carreira profissional (Radcliffe V. , 2008) e da manutenção de informação secreta ser algo que é visto como um ato universal (Radcliffe V. , 2008).

Para além destas pressões existe uma dificuldade, não tantas vezes falada, que se prende com o facto dos auditores, quando tentam que o seu “modus operandi” seja o mais eficiente possível, terem que ter em consideração a sociedade, o tipo de organização política e o tecido empresarial em que estão inseridos. Vaughan S. Radcliffe ao analisar a evolução da auditoria eficiente em Province, no seu artigo “Efficient Audit: An Assembly of Rationalities and Programmes” chega à conclusão que para a construção de um sistema eficiente de auditoria, numa determinada sociedade, é sempre necessário haver um olhar mais centrado na localização da mesma

mas, ao mesmo tempo, há que ter a noção da evolução das práticas de auditoria a um nível global (Radcliffe V. , 1998).

Apesar das dificuldades apresentadas anteriormente, as empresas de auditoria nem sempre estão totalmente isentas de culpa no que toca a escândalos financeiros. Um exemplo disto, como referido anteriormente, é o colapso da Enron que arrastou a Arthur Andersen consigo. Segundo George J. Beston e Al. L. Hartgraves no artigo “Enron: what happened and what we can learn from it” os principais responsáveis desta situação foram a SEC, a FASB e a AICPA, pela falta de compromisso com os princípios geralmente aceites de contabilidade (US GAAP) no que toca à consolidação de contas (Benston & Hartgraves, 2002) - e a Arthur Andersen devido aos seus auditores não terem apresentado o ceticismo necessário para evitar o colapso, sendo que a falta deste pode dever-se à inexistência de rotatividade no que toca à auditoria das contas da Enron, (Benston & Hartgraves, 2002). Segundo Christopher Humphrey e David Owen no seu artigo “Debating the ‘Power’ of Audit”, no qual o livro de Michael Power “The Audit Society: Rituals of Verification” é analisado, concluíram que este é muito moderado em relação à análise da auditoria uma vez que podia explorar a incapacidade da mesma em agir a favor do bem comum em contraste com as pressões comerciais (Humphrey & Owen, 2003).

2.3 - Efeitos de Crises Financeiras

Outro ponto interessante é que a existência de crises (naturais, financeiras, governamentais,..) não é uma condição suficiente para haver alterações de políticas da mesma natureza que estas (Boin, Hart, & McConnell, 2008). Por outro lado, a estratégia adotada no controlo da crise tem uma expressividade elevada, permitindo que seja possível, a determinados culpados da mesma, escaparem ilesos caso a estratégia de controlo assim o permita. Esta conclusão foi construída por Arjen Boin, Paul 't Hart e Allan McConnell no seu artigo “Crisis exploitation: political and policy impacts of framing contests” (Boin, Hart, & McConnell, 2008). Desta forma é necessário existir um aumento da “accountability” na sociedade, como analisado em 2008 por Mark Bovens, Thomas Schillemans e Paul 't Hart devido à crescente desconfiança do povo em relação aos seus governantes “a existência de mecanismos de accountability organizados leva, a um aumento da confiança depositada no governo e podem ser um bloqueio para a dispersão de uma crise financeira, natural.” (Bovens, Schillemans, & Hart, 2008).

Torna-se pertinente explorar, ainda, até que ponto uma crise não podia ser evitada caso houvesse uma maior rotatividade de líderes dentro de uma organização pois a permanência de um líder, por demasiado tempo, dentro de uma organização pode levar a que este aja de uma forma menos ética por ser detentor de um conhecimento elevado do modo de funcionamento da organização. Ao tentarem efetuar uma avaliação da sucessão de líderes dentro de uma organização, Fredrik Bynander e Paul 't Hart chegaram à conclusão que, devido ao carácter pessoal das decisões de sucessão entre líderes, é muito difícil fazer uma avaliação psicológica do comportamento dos mesmos.

Apesar disto, existe a ideia generalizada de que as sucessões devem ser evitadas ao máximo tendo em conta que as mesmas podem influenciar negativamente uniões dentro de sociedades/empresas (Bynander & Hart, 2006). Por outro lado verificaram que como, na maioria das vezes, os líderes prolongam a sua permanência na Organização, esta ação vai gerar uma reação ainda mais negativa quando comparada com a reação de uma sucessão atempada.

2.4 - Escândalo de Melbourne Storm

Em 2012, Paul Andon e Clinton Free fizeram um estudo sobre o escândalo salarial que ocorreu em 2010 na liga profissional de rugby australiana e a maneira como os auditores foram mobilizados durante esta crise. Este escândalo deveu-se essencialmente a uma equipa de rugby australiana, Melbourne Storm, pagar um valor aos seus jogadores acima do permitido pela liga profissional de rugby. O estudo efetuado, utilizou principalmente as notícias publicadas pelos media como amostra e a análise textual como método de investigação, tendo esta sido escolhida, visto ser “a mais aconselhável para investigadores que trabalham com estudos sobre os media.”(McKee, 2001). Paul Andon e Clinton Free usando este escândalo concluíram que “ a auditoria tem um importante papel na prevenção e controlo de crises”. (Andon & Free, 2012).

3 - Objetivo

Esta Dissertação de Mestrado, tendo como seu ponto de partida o artigo científico “Auditing and crisis management: The 2010 Melbourne Storm salary” de Paul Andon e Clinton Free (2012), tem como principal objetivo apurar como se comportaram os principais atores nos momentos anteriores ao colapso do Banco Espírito Santo bem como nos momentos seguintes. Para verificar o comportamento e o desempenho dos principais atores deste caso, foram utilizadas notícias de duas fontes com o maior número de notícias na base de dados Factiva: a Agência Lusa e o Diário Económico, sendo que, deste modo, também foi possível efetuar uma análise à maneira como a imprensa escrita trazia as notícias sobre este caso a público.

Apesar deste estudo se focar nos meses de Julho e Setembro de 2014, a sua importância ainda é atual visto que, mesmo passado mais de um ano, ainda não houve um desfecho do caso e também porque se torna importante recordar a maneira como os órgãos de administração, supervisores e auditores do Banco Espírito Santo foram vistos antes e após a resolução do banco, pois desta forma é possível verificar a volatilidade das notícias em casos de corrupção, como o caso BES.

4 - Enquadramento Caso BES

4.1 - Banco Espírito Santo: História

O Banco Espírito Santo, SA teve a sua origem em 1869, na altura enquanto casa de “Caza de Cambio”. Em 23 de Dezembro de 1916 é fundada a casa Bancária Espírito Santo Silva & C^a., tendo como gestor principal José Ribeiro Espírito Santo e Silva que, a 9 de Abril de 1920, transforma a Casa Bancária em Banco. No ano de 1937 o Banco Espírito Santo funde-se com o Banco Comercial criando o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. A 14 de Março de 1975 dá-se a nacionalização das instituições de crédito nacionais com sede no território português, sendo que no ano de 1991 existiu a reprivatização da instituição bancária passando de Banco Universal a Grupo Financeiro Global: Grupo Banco Espírito Santo (Grupo BES). Neste ano é eleito para a presidência executiva, Banco Espírito Santo, o economista Ricardo Salgado. Finalmente, em 1999, a sociedade passa a designar-se por Banco Espírito Santo, SA.

4.2 - Caso BES

Em Maio de 2014, com o prospeto de aumento de capital, era revelado pela primeira vez ao público que uma auditoria externa às contas de 2013 do GES tinha apurado irregularidades nas contas do banco. Tal fato revelava que o banco poderia estar numa “situação financeira grave”

Em Julho de 2014, após a substituição de Ricardo Salgado por Vítor Bento, é divulgada por este último a existência de 4.253,5 milhões em imparidades e contingências que obrigavam a considerar no primeiro semestre de 2014 um prejuízo de 3.577 milhões de euros. A 31 de Julho o BdP, Vítor Bento e a sua equipa de

administração e o Governo Português analisam o futuro do BES, tendo sido finalmente tomada a decisão a 3 de agosto de “dividir” o BES em dois bancos.

A 3 de Agosto de 2014 surge, então, o Novo Banco tendo o mesmo incorporado todos os ativos saudáveis do antigo BES, sendo que a totalidade dos ativos tóxicos foram transferidos para um “banco mau”.

4.3 - Caso BES: Cronologia

Como noticiado pelo jornal Público [em 3 de Agosto de 2014](#), os acontecimentos que levaram à derrocada do Banco Espírito Santo, SA foram os seguintes:

21 de Maio – É revelado, através de um prospeto relativo ao aumento de capital do banco, que a auditoria pedida pelo Banco de Portugal em 2013 às contas da Espírito Santo International "apurou irregularidades nas suas contas e concluiu que a sociedade apresenta uma situação financeira grave". Sendo que a comissão de auditoria da Espírito Santo Financial Group "identificou igualmente irregularidades materialmente relevantes nas contas" da 'holding'.

27 de Maio – É dada autorização ao BES para avançar com o aumento de capital até 1045 milhões de euros.

11 de Junho – Subscrição total do aumento de capital.

17 de Junho - As novas ações começam a ser negociadas.

10 de Julho - A ESFG anuncia a suspensão da negociação de ações e obrigações da empresa devido a “dificuldades materiais em curso”, especialmente na ESI, o seu maior acionista.

11 de Julho – A CMVM levanta a suspensão da negociação das ações do BES, mas devido a estas registarem a maior queda da sessão, o regulador estendeu a proibição de vendas a descoberto das ações do banco por mais dois dias úteis.

14 de Julho - Vítor Bento torna-se o novo presidente executivo do BES.

17 de Julho - Maria Luís Albuquerque, garante no Parlamento que não irá ser efetuada nenhuma nacionalização e que não está em curso nenhum plano de recapitalização do BES com capitais públicos.

18 de Julho - O governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, diz no Parlamento que as irregularidades nas contas de empresas do GES só foram descobertas porque o regulador saiu da sua área restrita de supervisão.

22 de Julho - O ESFG abandona o PSI20, o principal índice da bolsa portuguesa, devido “à extensão do período de suspensão da negociação” dos seus títulos desde 10 de Julho.

24 de Julho - Ricardo Salgado é constituído arguido no âmbito da operação Monte Branco, que investiga a maior rede de branqueamento de capitais em Portugal.

28 de Julho - O BdP. emite um comunicado onde diz que “o interesse demonstrado por diversas entidades em assumirem uma posição de referência no BES indicia que é realizável uma solução privada para reforçar o capital”.

29 de Julho – É desmarcada a assembleia geral extraordinária que estava marcada para dia 31 de Julho. Queda de 10,6% das ações estando estas abaixo de 40 cêntimos.

30 de Julho – É divulgado pelo BES um prejuízo de 3577,3 milhões de euros.

31 de Julho - O Banco de Portugal, a gestão chefiada por Vítor Bento e o Governo analisam o futuro do BES e a necessidade de apoios públicos. As ações fecham nos 20 cêntimos.

5 - Metodologia

Neste trabalho de investigação ~~tendo como base de trabalho o artigo científico “Auditing and crisis management: The 2010 Melbourne Storm salary”~~, foi decidido utilizar a análise textual como metodologia de trabalho.

Inicialmente foram escolhidos, para análise, os períodos de Julho de 2014 e de Setembro de 2014. Decidiu-se, portanto, efetuar uma análise ao mês anterior e ao mês posterior à data de resolução do BES, dia 3 de Agosto de 2014. Após a decisão dos períodos foi efetuada uma recolha de notícias relacionadas com o caso Banco Espírito Santo. Esta recolha teve apenas em consideração artigos de jornal que referissem componentes importantes do caso BES para este estudo, ou seja, notícias em que era referido o caso BES mas não tivessem nenhuma ligação com o objetivo deste estudo foram excluídas desta recolha, um exemplo disto é a notícia da Agência Lusa de 16 de Setembro de 2014 “Paulo Portas diz que Governo vai trabalhar para encontrar "melhor solução possível”. De modo a ser efetuada a recolha de artigos foi utilizada a base de dados Factiva. Devido ao elevado número de artigos disponíveis foram escolhidos como fontes de informação a Agência Lusa e o jornal Diário Economico sendo que no total foram recolhidos 293 artigos de jornal com um total de 323 páginas. Nas figuras 1 e 2 é possível verificar a dispersão das notícias ao longo dos dois períodos temporais acima identificados:



Figura 1- Notícias caso BES durante o mês de Julho
Fonte própria

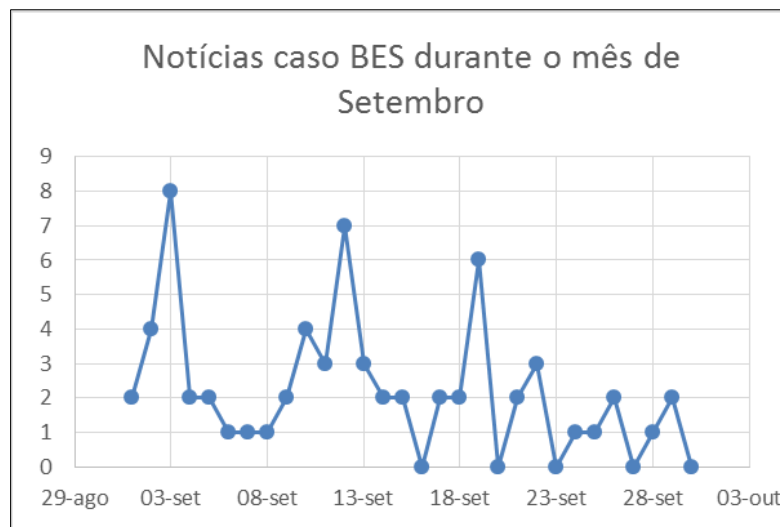


Figura 2- Notícias caso BES durante o mês de Setembro
Fonte própria

Após ter sido efetuada a recolha foi utilizado o programa de análise qualitativa MAXQDA 11 de forma a ser possível criar uma codificação das notícias de jornal. Inicialmente foram utilizados, como base, os códigos presentes no artigo [“Auditing and](#)

[crisis-management: The 2010 Melbourne Storm salaryde Paul Andon e Clinton Free \(2012\)](#), figura 3, no entanto verificou-se que alguns dos códigos não acrescentavam valor ao estudo uma vez que durante o período em análise ainda não tinha sido revelada ao público a auditoria forense da Deloitte e os códigos foram ajustados criando desta forma um “corpus” com o aspeto da figura 4.

Figura 3 – Sistema de Códigos Inicial

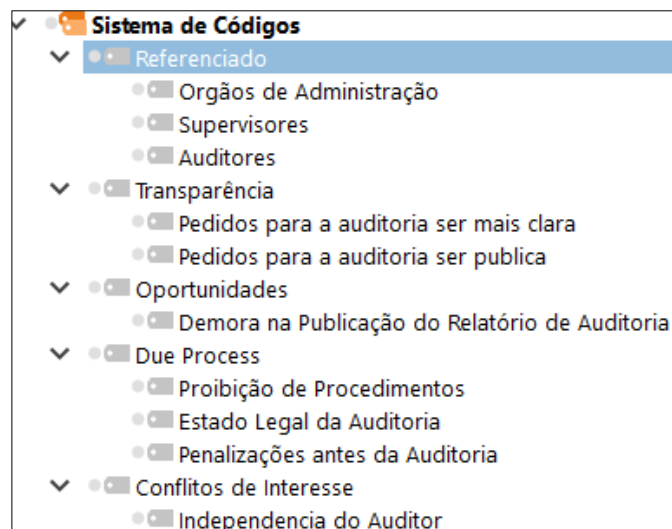
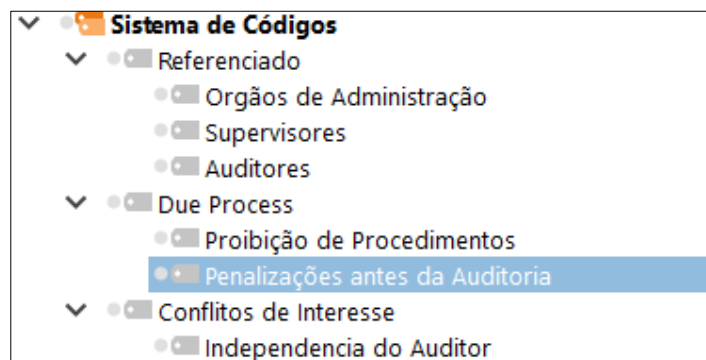


Figura 3- Sistema de Códigos Inicial
Fonte própria

Figura 4 – Sistema de Códigos Final



*Figura 4- Sistema de Códigos Final
Fonte própria*

O passo seguinte foi a inserção e análise dos artigos no MAXQDA 11. Conforme estes eram analisados, quando surgia uma frase ou ideia que estava diretamente relacionada com os códigos criados, essa frase/ideia era então agregada a esse código. Um exemplo prático é a frase “O novo presidente executivo do BES, Vítor Bento, anunciou logo após a divulgação dos resultados semestrais do banco que a instituição vai avançar imediatamente com um aumento de capital” publicada pela Agência Lusa a 31 de Julho de 2014. Esta frase foi agregada ao código “Órgãos de Administração” visto a mesma estar relacionada com o presidente executivo do BES Vítor Bento. Após a organização de todas as frases/ideias nos seus respetivos códigos, foi feita uma análise textual a cada um dos códigos, verificando em cada um destes o desenrolar dos acontecimentos do caso BES na “perspetiva” daquele código e quais as principais ideias a retirar. Após a análise e com a ajuda do MAXQDA 11 foi feita uma pequena análise às palavras mais vezes utilizadas pela imprensa para cada um dos códigos, sendo criada no final de cada análise uma nuvem de palavras de modo a ser facilmente possível verificar, dentro das palavras mais vezes utilizadas quais as referidas num maior número de vezes.

6 - Resultados

6.1 - Órgãos de Administração

No início do mês de Julho de 2014 as notícias focavam-se sobre quem seriam os novos presidente-executivo e administrador-financeiro do BES (frase 1, anexo 9.1) bem como o impacto que a decisão de Ricardo Salgado de se demitir do grupo BES exerceu nas ações do banco (frase 2, anexo 9.1). Com a entrada de Vítor Bento para presidente da comissão executiva do BES houve, durante os primeiros dias, um foco nas suas declarações que o BES teria que reconquistar a confiança dos mercados (frase 3, anexo 9.1). Este foco foi desviado a 24 de Julho devido a Ricardo Salgado ter sido constituído arguido no âmbito da operação Monte Branco, tendo depois as notícias girado em torno de Ricardo Salgado ter ficado em liberdade pelo pagamento de 3 milhões de Euros e pelas suas declarações de total disponibilidade para cooperar com a justiça (frase 4, anexo 9.1). A partir de dia 28 de Junho notou-se que as notícias sobre Vítor Bento tinham invariavelmente uma conotação positiva sobre este (frase 5, anexo 9.1) e mostravam que o mesmo iria levar a um aumento de confiança no BES. Mas com a sua declaração de 30 de Julho, após o BES ter apresentado prejuízos na ordem dos 3.577,3 milhões de euros, em que é referido que o banco iria efetuar novo aumento de capital, todas as notícias se focaram nestes dois fatos (frase 5, 6 e 7, anexo 9.1). Já, por outro lado, quando os artigos incidiam sobre Ricardo Salgado, as notícias tinham um carácter negativo, impondo sempre a culpabilização da crise do Banco Espírito Santo ao seu antigo presidente da Comissão Executiva (frase 9, anexo 9.1), e à sua antiga administração (frase 10, anexo 9.1).

No início do mês de Setembro existiu um foco na liderança do Novo Banco ser conduzida pelo presidente-executivo do BES, Vítor Bento (frase 11, anexo 9.1) sendo que a 13 de Setembro houve novamente um enfoque sobre Vítor Bento devido à sua demissão da liderança do Novo Banco (frase 12, anexo 9.1). Após a sua demissão, tanto o Diário Económico como a Agência Lusa focaram-se sobre quem iria substituir Vítor Bento, sendo que a 17 de Setembro entra para a liderança do Novo Banco, o bancário Eduardo Stock da Cunha (frase 13, anexo 9.1).

Em conclusão, em relação aos órgãos de administração, houve inicialmente uma visão de Vítor Bento ser um possível “salvador” do BES tendo este apresentado mais tarde, a 3 de Setembro de 2014, a sua demissão do Novo Banco. Com a divulgação dos prejuízos do Banco Espírito Santo, os olhos voltaram-se para a decisão de aumento de capital do mesmo. Já em relação a Ricardo Salgado, no início do mês, apenas foi dada atenção ao fato deste se demitir das suas funções, mas com a constituição de arguido notou-se que as notícias que vinham a público se focavam mais nesta situação e numa possível gestão ruínosa do BES. Já com a criação do Novo Banco, no início do mês de Setembro, o nome de Vítor Bento voltou a aparecer, primeiro como líder do Novo Banco e posteriormente associado à demissão do cargo, tendo depois a atenção sido dirigida para a eleição de Stock da Cunha enquanto substituto de Vítor Bento.

Em relação aos órgãos de administração do Banco Espírito Santo as palavras mais vezes escritas foram: Vítor Bento, Presidente, BES, Ricardo Salgado e Executivo, como é possível verificar na figura 5.



*Figura 5 - Nível de Palavras: Órgãos de Administração
Fonte própria*

6.2 - Supervisores

Desde o início do mês de Julho notou-se uma tentativa por parte do Banco de Portugal em mostrar que o BES não estava em crise e que se encontrava numa situação financeira estável (frase 14 e 15, anexo 9.1), garantindo por exemplo que o Banco Espírito Santo tinha um montante de capital armazenado que não comprometia o banco a um possível contágio do GES. Apesar de tentar mostrar a solidez do banco também eram publicadas declarações do Banco de Portugal que mostravam que este tentava evitar o contágio por parte de outras empresas do GES ao Banco Espírito Santo (frase 18, anexo 9.1).

Ao mesmo tempo que era demonstrado que o Banco de Portugal tentava passar uma imagem positiva do BES e mostrar que não existia o risco de contágio para o sistema bancário de Portugal, também era focado pelos jornais que a agência de rating Moody's não teria a mesma opinião (frase 16, anexo 9.1) e que a Standard and Poor's e a DBRS tinham decidido baixar o rating do BES e do BESI. Já as notícias focadas na CMVM inicialmente focavam-se sobre a decisão da suspensão das ações do BES (frase 17, anexo 9.1), mas a 24 de Julho os olhares voltaram-se para a declaração do presidente da CMVM que garantia estar preocupado com a estabilidade do Banco Espírito Santo (frase 19, anexo 9.1).

Durante os dias seguintes vieram a público declarações que mostravam confiança no trabalho desenvolvido pelo Banco de Portugal (frase 20, anexo 9.1) e outras que mostravam uma total suspeita no trabalho efetuado pelo supervisor (frase 21, anexo 9.1). Com a chegada do dia 31 de Julho houve uma enorme quantidade de notícias lançadas sobre os órgãos de supervisão. As notícias sobre a CMVM focavam-se sobre o fato de esta ter decidido novamente manter em suspenso as ações do BES (frase 22, anexo 9.1). Já as notícias sobre o Banco de Portugal focavam-se na declaração que “factos recentemente descobertos no BES apontam para a "prática de atos de gestão gravemente prejudiciais" (Agência Lusa, 31 de Julho 2014).

A partir de Setembro, o Banco de Portugal passou a ser visto como um dos culpados da derrocada do Banco Espírito Santo devido a uma suposta supervisão deficiente (frase 23, anexo 9.1). Para além disso é revelado que a auditora KPMG e a CMVM teriam informado o Banco de Portugal de novos problemas no BES ainda a 16 de Julho de 2014, tentando nesta declaração apontar ainda mais o dedo para uma supervisão lenta por parte do Banco de Portugal (frase 24, anexo 9.1).

Pode-se concluir desta análise que o supervisor mais afetado pelo caso Banco Espírito Santo foi o Banco de Portugal. Apesar de inicialmente ter transparecido uma imagem de que tinha tudo controlado com o BES, após a divisão do mesmo, e com a criação do Novo Banco, houve uma tentativa quase generalizada de demonstrar que a culpa pelo sucedido tinha sido do Banco de Portugal devido a uma supervisão com lacunas e a uma atuação muito lenta.

Em relação aos supervisores do Banco Espírito Santo as palavras mais vezes utilizadas foram: Banco de Portugal, Presidente, BES, Governador e CMVM, como é possível verificar na figura 6.



*Figura 6 - Nível de Palavras: Supervisores
Fonte própria*

6.3 - Penalizações antes da Auditoria

Ao longo de todo o mês de Julho, com o desenrolar do escândalo do Banco Espírito Santo, cada vez mais vinham surgindo notícias acerca da desvalorização das ações do banco. Tirando eventos esporádicos que provocavam a subida das mesmas, normalmente as ações tiveram uma tendência para quanto mais se aproximava a data da resolução do banco, mais estas desvalorizavam, como se pode verificar pela figura 7.

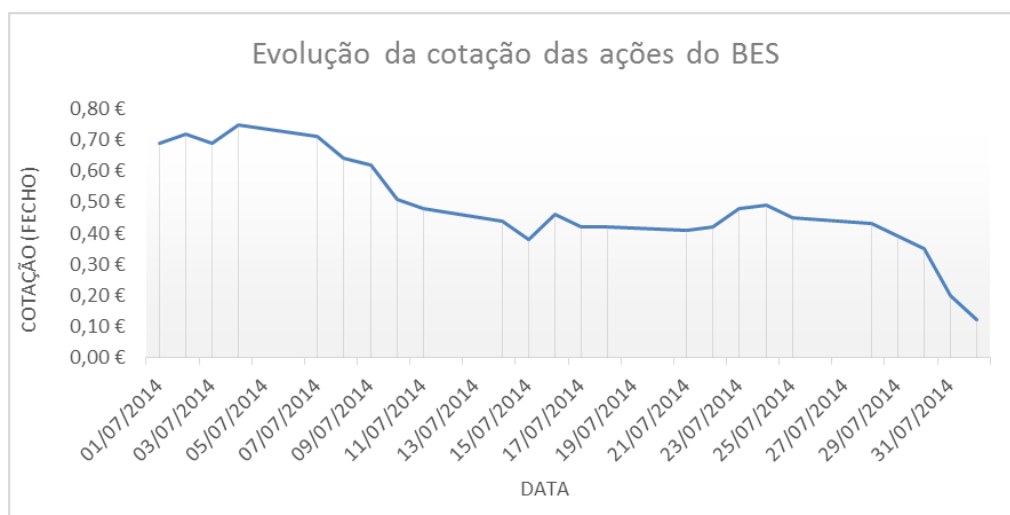


Figura 7 - Evolução da Cotação das ações do BES
Fonte própria

A 11 de Julho era publicado pelo Diário Económico que “A destruição em bolsa provocada pela desconfiança em torno da situação de liquidez da Espírito Santo International está a provocar perdas avultadas nos acionistas do BES, Espírito Santo Financial Group e PT. Desde que o banco concluiu o aumento de capital, a 17 de Junho, a capitalização bolsista destas três cotadas derrocou 3,87 mil milhões de euros. Foram responsáveis por 60% do valor

destruído no mercado nacional nesse período.” (Diário Económico, 11 de Julho de 2014), mostrando já a gravidade da situação.

Apesar disto outros acontecimentos noticiados fora desta situação foram o corte do rating do BES ao longo do mês de Julho. A 11 de Julho a agência de rating Moody's baixava em três níveis a nota do ESFG, sendo que a 16 de Julho a Standard and Poor's baixava o 'rating' do Banco Espírito Santo e da BESI para B- (frase 25, anexo 9.1), sendo que no dia seguinte a agência de rating DBRS também tomava a mesma decisão. A 28 de Julho mais uma agência de rating, desta vez a Dagong, decide cortar o rating do BES (frase 26, anexo 9.1).

As palavras mais vezes utilizadas foram: Banco de Portugal, Presidente, BES, Governador e CMVM, como é possível verificar na figura 8.



*Figura 8 - Nuvem de Palavras: Penalizações antes da Auditoria
Fonte própria*

6.4 - Auditores

Com a entrada do mês de Julho, inicialmente, o auditor KPMG encarregue da certificação das contas do Banco Espírito Santo, bem como da ESFG, tornava credível a ideia de que o banco se encontrava sólido e que cumpria as normas de contabilidade (frase 27, anexo 9.1). A 18 de Julho era revelado que, por precaução, era encomendada uma auditoria forense ao Banco Espírito Santo, sendo esta normalmente utilizada quando existem indícios de fraude numa instituição (frase 28, anexo 9.1). A mesma teve início a 29 de Julho, fazendo parte da equipa de auditoria a Deloitte, a CMVM e especialistas do Banco de Portugal (frase 29, anexo 9.1). Desde a revelação desta auditoria externa que as notícias publicadas demonstravam que houve sempre uma tentativa de mostrar que esta auditoria iria servir apenas como uma forma de avaliar comportamentos dos gestores do BES e não como uma forma de apurar impactos materiais sobre o banco (frase 30 e 31, anexo 9.1). Também a 18 de Julho, numa declaração ao parlamento, o governador do Banco de Portugal referia o papel importante que as auditoras tinham na identificação de falsificação de dados contabilísticos (frase 35, anexo 9.1).

Com a chegada de Setembro, e já com a separação do antigo BES e consequente criação do Novo Banco, as notícias, tal como já tinha sido referido anteriormente com os supervisores, focavam-se em encontrar o culpado para o escândalo financeiro do Banco Espírito Santo, sendo que desta forma todos os olhares incidiram sobre a auditora KPMG. A 1 de Setembro sai a notícia que a KPMG se recusava a dar parecer sobre as contas referentes ao primeiro semestre do BES (frase 32, anexo 9.1). Esta atitude por parte da auditora é logo atacada a

2 de Setembro de 2014 com a publicação de um artigo, pelo Diário Económico, onde se podem ler frases como, “A KPMG emitiu um relatório sobre as contas do BES relativas ao primeiro semestre do ano, as contas dos prejuízos históricos, em que diz que não emite opinião. Dito de outra forma, audita que não audita (...)”, “ (...) De uma maneira ou de outra, é preciso dizê-lo, a auditora do BES (antigo) não sai bem da fotografia (...)” e “Seja por incapacidade, por falta de instrumentos de supervisão ou até por incompetência, a KPMG foi, ao lado de Joaquim Goes, António Souto e Rui Silveira, pendurados na praça pública. A auditoria forense ao antigo BES vai ditar a sua responsabilidade.”

Com as “armas” apontadas para si, a KPMG tentou defender-se afirmando que teria dado conhecimento ao Banco de Portugal ainda em Julho de possíveis irregularidades no BES (frase 33, anexo 9.1) tendo-se, o Banco de Portugal, defendido afirmando que estas irregularidades foram apenas “brevemente mencionado pela KPMG” (frase 34, anexo 9.1).

Em resumo enquanto, inicialmente, os auditores eram apenas mencionados como forma de assegurar a estabilidade do BES, depois da derrocada do banco, existiu uma total alteração de paradigma, sendo a auditora KPMG, a partir daí, vista como uma das principais responsáveis pelo colapso do Banco Espírito Santo.

Neste ponto da análise as palavras mais vezes utilizadas pela imprensa escrita foram: CMVM, KPMG, BES, Banco de Portugal e auditoria.



*Figura 9 - Nuvem de Palavras: Auditores
Fonte própria*

6.5 - Independência do Auditor

Ao longo do mês de Julho a independência em relação ao auditor do BES foi apenas referida em momentos muito pontuais, por exemplo a 5 de Julho, num artigo publicado pela agência Lusa em que é mostrada a declaração do Banco de Portugal onde este informa da sua posição que " (...) órgãos de administração e fiscalização das instituições de crédito sejam independentes". Também é de notar que existe uma ligação entre as palavras auditor externo e KPMG pois por várias vezes, quando se fala na auditora, o nome desta é sempre acompanhado pela palavra externo (frase 36, anexo 9.1), talvez como uma forma de reforçar a independência desta perante o seu cliente.

Quando é revelado o pedido de auditoria forense ao BES é focado novamente o fato desta ser uma auditoria independente ao banco (frase 31, anexo 9.1). Ao longo do restante mês de Junho e do mês de Setembro não existem mais referências à independência dos auditores, apenas existe um foco, como descrito no ponto anterior, de uma possível incompetência por parte da KPMG.

É interessante notar que nos artigos analisados não existe referência ao tempo que a KPMG foi auditora do BES, desde 2012, e da que maneira que este fato podia ter afetado a sua independência.

Na figura 10 podem verificar-se algumas das palavras mais encontradas neste ponto da análise nos artigos analisados



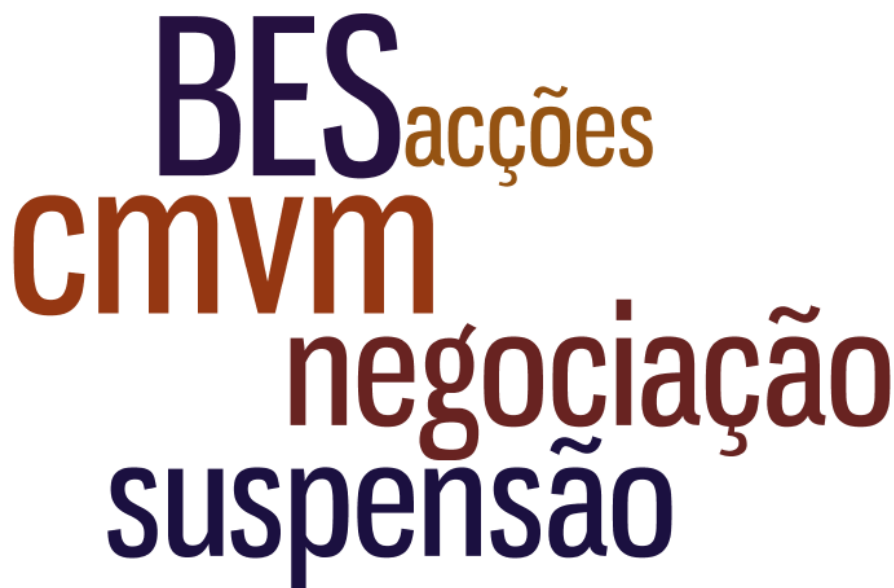
*Figura 10 - Nuvem de Palavras: Independência do Auditor
Fonte própria*

6.6 - Proibição de Procedimentos

Durante o mês de Julho, a CMVM esteve sempre presente ao longo do desenrolar do caso BES, tendo em situações, inicialmente pontuais, agido de modo a evitar uma queda mais abrupta das ações do Banco Espírito Santo, utilizando dessa forma a suspensão da venda de ações do BES. Um exemplo deste tipo de intervenção, como noticiado pelos jornais, sucedeu-se dia 10 de Julho com a CMVM a suspender as ações do BES (frase 37, anexo 9.1), sendo que no dia seguinte, com o levantamento da

suspensão e de seguida uma queda abrupta no valor das ações, o regulador decidiu prolongar o prazo de suspensão por mais dois dias úteis.

As palavras mais encontradas nos artigos referentes a este ponto da análise são: BES, suspensão, negociação, cmvm e ações, conforme refletido na figura 11.



*Figura 11- Nuvem de Palavras: Proibição de Procedimentos
Fonte própria*

7 - Conclusão

O principal objetivo desta dissertação era verificar como se tinham comportado os protagonistas do caso BES e como as suas ações eram descritas pela imprensa escrita. Após a análise individual, a cada um dos pontos descritos acima, pode então realizar-se uma conclusão geral relativamente ao caso BES.

Em primeiro lugar importa verificar que, no início do mês de Julho, a imprensa escrita focou-se em declarações sobre a suposta estabilidade do Banco Espírito Santo

tendo incidido em declarações, principalmente, do Banco de Portugal. As notícias menos positivas que eram lançadas a público envolviam a queda das ações do BES bem como o corte do seu rating. Já no final do mês de Julho com a divulgação dos prejuízos do BES as notícias voltaram-se para qual seria o futuro próximo do banco.

Com a chegada do mês de Setembro, após a resolução do BES, as notícias focavam-se sobre quem seria o verdadeiro culpado do caso BES. Seria o Banco de Portugal devido a uma supervisão fraca e a uma atuação lenta? Ou seria a KPMG por não ter estado atenta a possíveis irregularidades? Ou a culpa estaria toda sobre Ricardo Salgado e a sua equipa de administração? Enquanto se procurava encontrar o culpado, começou nesse mês uma guerra entre a KPMG e Banco de Portugal, sendo que cada um apontava o dedo ao outro como possível culpado.

Pode então verificar-se que, inicialmente, tanto os órgãos de administração do BES, como os supervisores e os auditores eram vistos como estando a cumprir as suas obrigações e a tentar fazer tudo ao seu alcance para evitar o colapso do banco. Após o colapso do BES o trabalho por eles efetuado durante o período antes do colapso foi analisado à lupa e em alguns casos, como no Banco de Portugal e na KPMG, passam a ser vistos como sendo de fraca qualidade. Começou então, nessa altura, a procura do culpado da derrocada do banco.

Neste estudo, ao contrário do que sucedeu com o artigo “Auditing and crisis management: The 2010 Melbourne Storm salary”, em que foram encontradas palavras ou ideias que mostravam que existia uma tentativa por parte da imprensa Australiana de focar o aspeto de fraude e corrupção dentro da NRL, em Portugal, no que se refere ao caso do Banco Espírito Santo, tais palavras raramente eram encontradas. Também como

referido anteriormente, na independência, é de estranhar não ter vindo muito a público a ideia de que a KPMG podia estar de algum modo comprometida com o BES devido a um longo período de tempo como sua auditora. Uma possível explicação é que a imprensa tentou de uma forma ou não, propositada, aligeirar todo este caso de corrupção. Também é possível que a imprensa tenha tomado uma atitude mais reservada durante este período de tempo (Julho e Setembro) até à divulgação da auditoria forense, tendo nessa altura tomado uma posição mais agressiva.

Devido aos resultados apresentados pecarem pelo fato de apenas terem sido analisados dois meses seria interessante, para uma investigação futura, que fosse efetuado um alargamento do período temporal de análise sendo desse modo possível uma observação ao comportamento das fontes noticiosas, por exemplo ao resultado da auditoria forense. Também era interessante o aumento do número de fontes de notícias o que permitia ter uma amostra mais abrangente sobre o comportamento da imprensa escrita neste escândalo financeiro.

8 – Bibliografia

- Andon, P., & Free, C. (2012). Auditing and crisis management: The 2010 Melbourne Storm salary. *Accounting, Organizations and Society*.
- Benston, G. J., & Hartgraves, A. L. (2002). Enron: what happened and what we can . *Journal of Accounting and Public Policy*.
- Boin, A., Hart, P. ', & McConnell, A. (2008). Crisis exploitation: political and policy impacts of. *Full Terms & Conditions of access and use can be found at*.
- Bovens, M., Schillemans, T., & Hart, P. '. (2008). Does Public Accountability Work? An Assessment Tool.
- Bynander, F., & Hart, P. '. (2006). When Power Changes Hands: The Political Psychology of Leadership Succession in Democracies. *Political Psychology*.

- Fisher, K. (2008). Media Mayhem. *Forbes*.
- Guénin-Paracin, H., & Gendron, Y. (2010). Auditors as modern pharmakoi: Legitimacy paradoxes and the production of economic order. *Critical Perspectives on Accounting*.
- Humphrey, C., & Owen, D. (2003). Debating the 'Power' of Audit. *International Journal of Auditing*.
- Jamal, K., & Sunder, S. (2011). Is mandated independence necessary for audit quality? *Accounting, Organizations and Society*.
- McKee, A. (2001). A beginner's guide to textual analysis. *Metro*.
- Porto Editora, P. P. (2014). *Dicionário de Língua Portuguesa*.
- Radcliffe, V. (1998). Efficiency audit: An assembly of rationalities and programmes. *Accounting, Organizations and Society*.
- Radcliffe, V. (2008). Public secrecy in auditing: What government auditors cannot know. *Critical Perspectives on Accounting*.
- Radcliffe, V. S. (1999). Knowing efficiency: the enactment of efficiency in efficiency auditing. *Accounting, Organizations and Society*.
- Wisniewski, T. P., & Lambe, B. (2013). The role of media in the credit crunch: The case of the banking sector. *Journal of Economic Behavior & Organization*.

9 - Anexos

9.1 - Tabela I – Frases Jornalísticas Citadas

Frase 1	“Os acionistas do Banco Espírito Santo (BES) propõem os nomes de Vítor Bento e João Moreira Rato para presidente-executivo (CEO) e administrador-financeiro (CFO) (...)”	Diário Económico, 5 de Julho de 2014
Frase 2	“As ações do Banco Espírito Santo (BES) desvalorizaram 19% desde que a saída de Ricardo Salgado da presidência executiva do banco foi oficialmente anunciada (...)”	Agência Lusa, 07 de Julho de 2014
Frase 3	“O novo presidente executivo do BES, Vítor Bento, que substituiu o líder histórico Ricardo Salgado, disse hoje que a prioridade no banco é "reconquistar a confiança dos mercados" e pôr fim à especulação.”	Diário Económico, 15 de Julho de 2014
Frase 4	“Ricardo Salgado reitera a sua total disponibilidade para colaborar com a justiça no apuramento da verdade, como já o fez, no âmbito do processo, há cerca de dois anos. Ricardo Salgado acredita que a verdade e a justiça acabarão por prevalecer”	Agência Lusa, 25 de Julho de 2014
Frase 5	“(…) que o novo presidente executivo do BES, o economista Vítor Bento, "é um homem consciente e que se deve ter inteirado sobre a "verdadeira situação dos ativos e passivos do banco" antes de aceitar o	Agência Lusa, 28 de Julho de 2014

	cargo.”	
Frase 6	“ (...) depois de o BES ter anunciado ontem prejuízos históricos de 3.577 milhões de euros, um valor que levou Vítor Bento a preanunciar um novo aumento de capital.”	Diário Económico, 31 de Julho de 2014
Frase 7	“ (...) o novo presidente executivo do BES, Vítor Bento, assumiu que o banco vai acelerar uma nova operação de aumento de capital, já que, após a divulgação dos resultados semestrais, marcados pelo maior prejuízo de sempre de um banco português (...)”	Agência Lusa, 31 de Julho de 2014
Frase 8	“O novo presidente executivo do BES, Vítor Bento, anunciou logo após a divulgação dos resultados semestrais do banco que a instituição vai avançar imediatamente com um aumento de capital.”	Agência Lusa, 31 de Julho de 2014
Frase 9	“Já o Banco de Portugal disse que factos recentemente descobertos no BES apontam para a "prática de atos de gestão gravemente prejudiciais" e admite consequências contraordenacionais e até criminais para a ex-equipa de gestão liderada por Ricardo Salgado.”	Agência Lusa, 31 de Julho de 2014
Frase 10	“ (...) e apontou diretamente para eventuais responsabilidades do "anterior presidente da	Agência Lusa, 31 de Julho de 2014

	Comissão Executiva", Ricardo Salgado, do "anterior administrador com o pelouro financeiro", Morais Pires, e de "outros membros da Comissão Executiva que entretanto renunciaram aos cargos exercidos"	
Frase 11	“O Novo Banco será liderado por Vítor Bento, que substituiu o líder histórico Ricardo Salgado à frente do BES (...)”	Agência Lusa, 01 de Setembro de 2014
Frase 12	“Vítor Bento abandona a liderança do Novo Banco dois meses depois de ter aceitado liderar o BES, cargo que assumiu por "dever patriótico" antes de o fim do banco como existia até então o ter tornado presidente do Novo Banco.”	Agência Lusa, 13 de Setembro de 2014
Frase 13	A equipa de gestão liderada por Eduardo Stock da Cunha deverá tomar hoje posse no Novo Banco, segundo fontes contactadas pelo Económico. O novo CEO, que sucede a Vítor Bento, já se encontra em Lisboa e vai, a partir de agora, trabalhar para a venda do Novo Banco (...).”	Diário Económico, 17 de Setembro de 2014
Frase 14	“A situação de solvabilidade do BES é sólida, tendo sido significativamente reforçada com o recente aumento de capital”	Agência Lusa, 3 de Julho de 2014
Frase 15	“Na quinta-feira, o Banco de Portugal voltou a	Agência Lusa, 11 de

	afirmar que o Banco Espírito Santo (BES) está sólido, no dia em que os receios em torno da situação no GES se adensaram (...)"	Julho de 2014
Frase 16	"considera que os problemas que estão a afetar o BES abalam os progressos que se estavam a fazer na melhoria da confiança no setor bancário (...)"	Agência Lusa, 14 de Julho de 2014
Frase 17	"A CMVM decidiu suspender a negociação de acções do BES, numa altura em que perdiam mais de 17%, estando à espera de informação relevante."	Diário Económico, 10 de Julho de 2014
Frase 18	"O Banco de Portugal tem vindo a adotar um conjunto de ações de supervisão, traduzidas em determinações específicas dirigidas à ESFG [Espírito Santo Financial Group] e ao BES, para evitar riscos de contágio ao banco resultantes do ramo não financeiro do GES [Grupo Espírito Santo]", informou a entidade liderada por Carlos Costa. O supervisor vincou que o GES possui uma área financeira, composta por bancos ou por outras entidades financeiras, como é o caso da seguradora Tranquilidade (...)"	Agência Lusa, 05 de Julho de 2014
Frase 19	"O presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), Carlos Tavares, admitiu hoje que o supervisor está preocupado com a estabilidade	Agência Lusa, 24 de Julho de 2014

	do Banco Espírito Santo (BES), face à sequência de notícias negativas que tem vindo a público recentemente.”	
Frase 20	“Para o presidente da SaeR existem garantias "quer dos auditores que fizeram a análise, quer do próprio Banco de Portugal" que tem estado a supervisionar e acompanhar todo o processo de que o banco está "blindado" e tem as garantias necessárias para fazer face à exposição ao GES.”	Agência Lusa, 28 de Julho de 2014
Frase 21	“Agostinho Lopes considerou que o "Governo, o Banco de Portugal e demais estruturas públicas continuam a ocultar a verdadeira dimensão do problema e a encobrir responsabilidades no plano político e financeiro””	Agência Lusa, 26 de Julho de 2014
Frase 22	“Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) tinha deliberado hoje a suspensão da negociação das ações do Banco Espírito Santo (BES) na bolsa de Lisboa até às 10:00”	Agência Lusa, 31 de Julho de 2014
Frase 23	"O Banco de Portugal não aprendeu as lições das anteriores falências bancárias. A supervisão foi demasiado suave. As regras que existem no papel nunca foram efetivamente postas em prática"	Agência Lusa, 12 de Setembro de 2014
Frase 24	“A KPMG reitera que avisou o vice-governador do	Diário Económico, 6

	<p>Banco de Portugal (BdP), Pedro Duarte Neves, sobre a existência de problemas adicionais no BES, numa reunião a 16 de Julho, embora sem os quantificar. Em declarações escritas ao Económico, reagindo ao comunicado divulgado no fim-de-semana pelo vice-governador, o presidente da KPMG disse que o alertou para a "existência de indícios no dia 16 de Julho, tal como a CMVM também já o teria feito".</p>	<p>de Setembro de 2014</p>
<p>Frase 25</p>	<p>“A Standard and Poor's baixou hoje o 'rating' do Banco Espírito Santo (BES) e da sua subsidiária BES Investimento (BESI), de B+ para B- no caso do BES e de B para C no caso do BESI. Em comunicado hoje emitido, a agência de notação financeira acrescenta que as notas de crédito podem ser novamente cortadas, já que se encontram em observação ('creditwatch') com implicações negativas. No caso do BES, a S&P baixou o 'rating' em dois níveis e, no caso do BESI, o corte foi de seis níveis.”</p>	<p>Agência Lusa, 16 de Julho de 2014</p>
<p>Frase 26</p>	<p>“A agência de 'rating' Dagong cortou a nota de longo prazo do BES para 'B', disse hoje o banco em comunicado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).”</p>	<p>Agência Lusa, 28 de Julho de 2014</p>

Frase 27	“A empresa adianta também que sendo "cotada em bolsa e auditada pela KPMG, cumpre na totalidade as normas de contabilidade europeias IFRS".”	Agência Lusa, 3 de Julho de 2014
Frase 28	“O governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, revelou hoje que o regulador encomendou uma "auditoria forense"ao BES,que é usada em termos mundiais quando existem indícios de fraude numa organização, para avaliar os comportamentos dos gestores.”	Agência Lusa, 18 de Julho de 2014
Frase 29	“Uma equipa tripartida composta por especialistas do Banco de Portugal, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e da Deloitte arrancou com uma auditoria forense às contas do Banco Espírito Santo (BES) há dois dias.”	Agência Lusa, 31 de Julho de 2014
Frase 30	"(...) mais do que descobrir imparidades escondidas nas contas ou outras fragilidades financeiras, a intenção é avaliar como é que a equipa de gestão do BES, (...) desempenhou as suas funções (...)"	Agência Lusa, 18 de Julho de 2014
Frase 31	“O governador do BdP disse hoje que "de modo a dissipar dúvidas e a garantir uma revisão completa e clara das contas o grupo BES" foi pedida uma "auditoria independente" extra”	Agência Lusa, 18 de Julho de 2014
Frase 32	“A KPMG recusou-se a dar parecer às contas do BES	Agência Lusa, 1 de

	devido à resolução do banco, à impossibilidade de quantificar impactos dos problemas do BES Angola e à ausência de confirmação pelo Conselho de Administração de informações sobre as demonstrações financeiras.”	Setembro de 2014
Frase 33	“Sikander Sattar assegura que vice-governador Pedro Duarte Neves foi avisado pela KPMG sobre “indícios” de novos problemas no BES a 16 de Julho (...)”	Agência Lusa, 6 de Setembro de 2014
Frase 34	“Pedro Duarte Neves assegura por seu turno, num esclarecimento entretanto emitido, que esse problema foi apenas “brevemente mencionado pela KPMG” no final da reunião, em que também esteve o director do Departamento de Supervisão Prudencial, sem que tivesse sido apresentado “uma descrição completa” nem “referida qualquer ordem de grandeza para eventuais perdas nas contas semestrais”.”	Agência Lusa, 6 de Setembro de 2014
Frase 35	“Carlos Costa apontou para o "princípio da integridade e veracidade das contas", realçando que a "falsificação dos dados contabilísticos" é um crime e referindo o papel das entidades responsáveis pela auditoria e certificação de contas.”	Agência Lusa, 18 de Julho de 2014

Frase 36	“O Banco de Portugal (BdP) esclarece, assim, que "tendo em conta a informação reportada pelo BES e pelo seu auditor externo (KPMG) (...)"	Agência Lusa, 11 de Julho de 2014
Frase 37	“A determinação da suspensão das ações do BES por parte da CMVM foi feita na quinta-feira ao final da manhã, com o regulador a explicar que aguardava por "informação relevante"”	Agência Lusa, 11 de Julho de 2014

*Tabela 1- Frases Jornalísticas Citadas
Fonte própria*